

Reflexões sobre
a filosofia
e seu ensino

Marcelo Máximo Purificação
Keffn Karine Arantes Andrade
Marcos Gomes Camilo
(Organizadores)

Reflexões sobre
a filosofia
e seu ensino

Marcelo Máximo Purificação
Keffn Karine Arantes Andrade
Marcos Gomes Camilo
(Organizadores)

Editora chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Editora executiva

Natalia Oliveira

Assistente editorial

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto gráfico

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremo

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da capa

iStock

Edição de arte

Luiza Alves Batista

2021 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do texto © 2021 Os autores

Copyright da edição © 2021 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.

Open access publication by Atena Editora



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação com base em critérios de neutralidade e imparcialidade acadêmica.

A Atena Editora é comprometida em garantir a integridade editorial em todas as etapas do processo de publicação, evitando plágio, dados ou resultados fraudulentos e impedindo que interesses financeiros comprometam os padrões éticos da publicação. Situações suspeitas de má conduta científica serão investigadas sob o mais alto padrão de rigor acadêmico e ético.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Profª Drª Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Arnaldo Oliveira Souza Júnior – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Crisóstomo Lima do Nascimento – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Prof. Dr. Humberto Costa – Universidade Federal do Paraná
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. José Luis Montesillo-Cedillo – Universidad Autónoma del Estado de México
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Miguel Rodrigues Netto – Universidade do Estado de Mato Grosso
Prof. Dr. Pablo Ricardo de Lima Falcão – Universidade de Pernambuco
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Saulo Cerqueira de Aguiar Soares – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Reflexões sobre a filosofia e seu ensino

Diagramação: Daphynny Pamplona
Correção: Mariane Aparecida Freitas
Indexação: Gabriel Motomu Teshima
Revisão: Os autores
Organizadores: Marcelo Máximo Purificação
Keffn Karine Arantes Andrade
Marcos Gomes Camilo

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões sobre a filosofia e seu ensino / Organizadores Marcelo Máximo Purificação, Keffn Karine Arantes Andrade, Marcos Gomes Camilo. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2021.

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader

Modo de acesso: World Wide Web

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-5983-547-8

DOI: <https://doi.org/10.22533/at.ed.478212709>

1. Filosofia. I. Purificação, Marcelo Máximo (Organizador). II. Andrade, Keffn Karine Arantes (Organizador). III. Camilo, Marcos Gomes. IV. Título. CDD 101

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao artigo científico publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que os artigos científicos publicados estão completamente isentos de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce*, ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.





APRESENTAÇÃO

Caros leitores, saudação.

Um dos radicais que marca a reflexão filosófica é o movimento com que gira o pensamento. Esse movimento reflexivo amplia a relação de diálogo com diversas outras áreas do conhecimento. No ensinar, acompanha criticamente as atividades e oportunidades de geração de conhecimento. No aluno, a reflexão filosófica pode garantir o desenvolvimento do pensamento independente. Este e-book intitulado “Reflexões sobre filosofia e seu ensino” encontra-se estruturado em 4 capítulos temáticos desenvolvidos por pesquisadores da UERJ, UFCG, FFPB e colaboradores. O primeiro capítulo, fundamenta-se no interesse do marxismo althusseriano – especialmente em sua extensão na filosofia da linguagem, operada por Michel Pêcheux –. O segundo capítulo, apresenta o uso das categorias teóricas construídas por Foucault e aprimoradas por foucaultianos como instrumento de análise dos discursos pedagógicos enquanto instrumentos de subjetivação e estetização. O terceiro capítulo, objetivou a discussão de temas extraídos da saga Harry Potter, que mixam fantasia e mistério onde as narrativas estão permeadas por vários problemas sociais: preconceitos, problemas étnicos, disputa de poder, status social, igualdade, tolerância e liberdade. O quarto capítulo, trata-se de debater os caminhos e os resultados de uma proposta de curso que subverte a hegemonia do pensamento ocidental no currículo de filosofia para dialogar com outras vozes, corpos e experiências significativas para a filosofia da educação. Uma obra com um aparato rico em discussões que muito podem contribuir com a reflexões filosófica e seu ensino. Desejamos a todos/as uma boa leitura.

Marcelo Máximo Purificação
Keffn Karine Arantes Andrade
Marcos Gomes Camilo

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
CONSTITUINDO UM ESPAÇO DE RELAÇÃO ENTRE O INSTITUCIONALISMO E O MARXISMO ALTHUSSERIANO	
Estêvão de Carvalho Freixo	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127091	
CAPÍTULO 2	20
EDUCAÇÃO, SUBJETIVAÇÃO E ESTETIZAÇÃO	
José Nilton Conserva de Arruda	
Marianne Sousa Barbosa	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127092	
CAPÍTULO 3	31
HARRY POTTER E A FILOSOFIA	
Antunes Ferreira da Silva	
Luana Alves da Cunha	
Aldenilo Alves Correia	
Mayra Martins de Almeida	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127093	
CAPÍTULO 4	46
FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO (EXTRA-)OCIDENTAL: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL NO ENSINO SUPERIOR	
Diego dos Santos Reis	
 https://doi.org/10.22533/at.ed.4782127094	
SOBRE OS ORGANIZADORES	57
ÍNDICE REMISSIVO	59

CAPÍTULO 4

FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO (EXTRA-) OCIDENTAL: NOTAS DE UMA EXPERIÊNCIA DECOLONIAL NO ENSINO SUPERIOR

Data de aceite: 24/09/2021

Data de submissão: 18/07/2021

Diego dos Santos Reis

Universidade Federal da Paraíba

João Pessoa – Paraíba

<http://lattes.cnpq.br/4681354757357359>

RESUMO: O ensaio apresenta e discute uma experiência docente e de pesquisa-ação que teve lugar na disciplina de “Filosofia da Educação no Mundo Ocidental”, componente curricular obrigatório para o curso de pedagogia e para todas as licenciaturas na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Trata-se de debater os caminhos e os resultados de uma proposta de curso que subverte a hegemonia do pensamento ocidental no currículo de filosofia para dialogar com outras vozes, corpos e experiências significativas para a filosofia da educação. Buscou-se, nessa expansão de constelações epistêmicas, pedagógicas e filosóficas, priorizar um redesenho curricular atento a exclusões históricas, a marginalizações teóricas e a deslegitimação do pensamento e das práticas produzidos fora do eixo euro-norte-americano. Além da revisão de bibliografia especializada, o trabalho apoia-se nas considerações provenientes da proposição de dois cursos de “Filosofia da Educação no Mundo (Extra-)Ocidental”, ministrados para turmas de diversas licenciaturas na Universidade Federal do Rio de Janeiro, no segundo semestre de 2019 e no primeiro de 2020, privilegiando

pensadores/as do Sul Global.

PALAVRAS-CHAVE: Filosofia da educação; Antirracismo; Eurocentrismo; Educação das relações étnico-raciais; Descolonização curricular.

PHILOSOPHY OF EDUCATION IN THE (EXTRA) WESTERN WORLD: NOTES FROM A DECOLONIAL EXPERIENCE IN HIGHTER EDUCATION

ABSTRACT: This essay presents and discusses a teaching and research-action experience that happened in the course of “Philosophy of Education in the Western World”, a mandatory curricular component for the pedagogy and teacher training degrees at the Federal University of Rio de Janeiro. It is a matter of discuss about the paths and results of a course proposal that subverts the hegemony of Western thought in the philosophy curriculum, aiming to dialogue with other voices, bodies and significant experiences for the philosophy of education. We sought to prioritize a curricular design attentive to historical exclusions, theoretical marginalizations and the delegitimization of thought and practices produced outside the Euro-American axis, through an expansion of epistemic, pedagogical and philosophical constellations. In addition to the review of specialized bibliography, this work is based on the considerations arising from the proposal of two courses on “Philosophy of Education in the (extra) Western World”, taught for classes with different degrees at the University Federal of Rio de Janeiro, in the second semester of 2019 and in the first of 2020, privileging authors

from the Global South.

KEYWORDS: Philosophy of education; Anti-racism; Eurocentrism; Education of ethnic-racial relations; Curricular decolonization.

O problema do século XX é o problema da barreira racial.

W. E. B. Du Bois, *As almas da gente negra*.

1 | INTRODUÇÃO

É conhecida a sentença de Charles Mills segundo a qual a “filosofia é a mais branca dentre todas as áreas no campo das humanidades” (MILLS, 1999, p. 13). Em que pesem os programas de curso, os temas e os livros didáticos estarem centrados quase que exclusivamente na tradição de pensamento europeia e norte-americana, para muitos/as professores/as e pesquisadores/as essa é uma questão irrelevante, dada a *suposta* evidência do enraizamento filosófico em solo europeu e a imagem prefigurada do sujeito ocidental, *universal*, que fundamenta o discurso filosófico.

A razão ocidental exerce, soberana, o domínio epistemológico e pedagógico da formação filosófica, pois, ao afirmar a primazia do ocidente sobre as demais culturas, como se as práticas, discursos e conhecimentos erigidos em solo europeu não fossem locais e *geopoliticamente* situados, recusa o caráter racional de outras constelações de saberes e epistemologias, notadamente aquelas localizadas para além das fronteiras europeias e estadunidenses. A matriz epistêmica ocidental, assim, transmuta-se na *razão colonial*, que define quem pode pensar e quem é pensado, com base na concepção dual de sujeito e de objeto, que encontra a sua forma mais bem elaborada na modernidade europeia.

A periferização do mundo colonizado como território de anomia e exceção não ocorre para fora desse movimento de instauração do centro e das margens, que implica em uma cisão da humanidade das populações subalternizadas. A história da filosofia é repleta de exemplos que expõem em toda a sua crueza e virulência as consequências desse debate, seja para justificação ou não da escravização humana, ou mesmo para a discussão acerca dos direitos humanos, da dignidade e dos pactos civilizatórios:

Com efeito, em se tratando das relações entre geopolítica e filosofia, precisamos sublinhar como essa caracteriza-se pelo enredamento daquela em seus cânones. Ou seja, o primeiro aspecto que propomos, na esteira de filósofas e filósofos como Sandra Harding (1986), Marimba Ani (1999), Dismas Masolo (2003), Maldonado-Torres (2010), Mogobe Ramose (2010), está diretamente ligado à leitura filosófica em termos geopolíticos, nunca em termos de neutralidade. Em poucas palavras, inquirir: (a) de que lugares emergem os discursos? (b) esses lugares são “subalternizados” ou caracterizados como “centrais”? (c) como liquidar o “centro” e abrir possibilidades para outras configurações geopolíticas? (NOGUERA, 2011, p. 5).

No desenrolar desses questionamentos, evidenciam-se os efeitos dissimétricos do

contrato racial em voga, pois trata-se de “um contrato firmado entre iguais, no qual os instituídos como desiguais se inserem como objetos de subjugação, daí ser a violência o seu elemento de sustentação” (CARNEIRO, 2005, p. 47). Seguindo as trilhas da filósofa Sueli Carneiro, o elemento de sustentação desse pacto não se restringe à violência institucional e estrutural que pavimentam o solo das relações raciais no Brasil. A violência epistêmica garante a manutenção das assimetrias entre sujeitos e saberes e, por conseguinte, da lógica colonial que invisibiliza o contexto de produção dos conhecimentos e instaura o paradigma dominante como o único possível e verdadeiro. Para além dessa matriz epistêmica, que postula os valores pretensos da neutralidade e da objetividade como argumento autolegitimatório, o epistemicídio (CARNEIRO, 2005) e o racismo epistêmico/acadêmico naturalizam as assimetrias, que se instituem como dadas ou inevitáveis.

A problematização desses pactos epistêmico-políticos é fundamental para que o exclusivismo das matrizes culturais e geopolíticas da filosofia ocidental seja colocado em perspectiva, isto é, desnaturalizado. No que tange às formações que envolvem o estudo dos fundamentos da educação, nos quais a filosofia da educação se insere, é imprescindível a tematização e a modificação dos discursos e práticas concernentes às relações raciais – explícitos ou ocultos – na formação, nos desenhos curriculares e nas mediações didáticas. Trata-se de *desnortear* paradigmas, modelos e propostas monoepistêmicas, monorracionais e monoculturais, em prol de filosofias *radicalmente* implicadas com diferentes tradições de pensamento, constelações teóricas e sujeitos. E que não desconsiderem a geopolítica de produção do conhecimento e suas implicações na instituição do cânone filosófico, que hierarquiza e desconsidera filosofias extra-ocidentais, ou seja, extra-europeias.

2 | FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO NO MUNDO (EXTRA-)OCIDENTAL?

Nada! E que senti que a ciência não é assim um cochicho de Deus aos homens da Europa sobre a misteriosa organização do mundo.

Lima Barreto, *Diário íntimo*.

A violência epistêmica não está dissociada dos processos de racialização, que funcionam como mecanismos garantidores do lugar de privilégio da supremacia branca e de subalternização dos grupos historicamente silenciados pela sanha colonial. Segundo Aníbal Quijano (2007, p. 93 – tradução nossa), a colonialidade das relações de poder é:

[...] um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial de poder capitalista. Baseia-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular desse padrão de poder e atua em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivos, da existência cotidiana e em escala social. Origina-se e globaliza-se a partir da América.

A colonialidade do poder ancora-se, pois, no projeto moderno/colonial, que

consolida o eurocentrismo como matriz cultural do padrão de poder mundial, ao tempo em que produz a dependência, a exploração e a exclusão de grupos racializados como produtos da colonialidade. Cabe ressaltar que o problema em tela, no âmbito da produção de conhecimento, não diz respeito somente à presença de questões e autores provenientes de Europa, suas bibliotecas, seus arquivos e acervos intelectuais. Trata-se, sobretudo, da *ausência* de outras vozes, matrizes e interlocuções críticas, como se, para além do paradigma hegemônico, não houvesse nem pensamento crítico nem filosofia. Nas trilhas de Nascimento e Botelho (2010, p. 76):

Evidentemente isto não quer dizer que não devamos mais ler as teorias vindas da Europa ou dos Estados Unidos na tentativa de pensar a situação da América Latina ou de outros lugares do Sul, mas devemos estar atentos às armadilhas que estas teorias podem trazer, ainda mais quando elas são feitas sob a condução da colonialidade que domina sob a égide do desenvolvimento, do progresso e, porque não, em nome de um suposto benefício para as sociedades menos favorecidas.

Indagar os silêncios do cânone filosófico requer, então, que sejam problematizadas, radicalmente, as premissas, construções simbólicas, epistêmicas e culturais que funcionam como barreira para o controle de circulação de fluxos discursivos, de legados e de deslocamentos de corpos e vozes. Barreira que, como pedágio na via para o filosófico, não deixa de obstaculizar acessos, bloquear imaginários e produzir *aporias*. Não-passagens que, no trânsito pela história da filosofia, revelam que os entrecruzamentos do *epidérmico* e do *epistêmico*, do racional e do racial, são bem mais imbricados do que julga a “objetiva” razão universal.

É notório, por conseguinte, como esse padrão de racionalidade e de pensamento ocidentais forjam o imaginário coletivo do que é “digno” ou “necessário” de ser aprendido/ensinado e o que deve ser proscrito dos cursos de filosofia, pois “nem filosofia é”. Os exemplos não são difíceis de serem mencionados. E se agregarmos à análise racial o recorte de gênero, fica evidente como o sistema de opressões, apagamentos e invisibilizações segue atravessando o campo com toda virulência.

Não estranha que um programa de curso de filosofia da educação pautado pela discussão das questões de gênero, étnico-raciais e políticas gere reações curiosas, da surpresa à comoção. O espanto *filosófico* dos/as aluno/as, nesse contexto, merece destaque. Por isso, nessa seção, proponho-me a pontuar determinadas questões provenientes dos cursos de “Filosofia da educação no mundo (extra-)ocidental”, ministrados por mim no segundo semestre de 2019, presencialmente, e no primeiro semestre de 2020, de forma remota. Essas questões dizem respeito diretamente às disputas atuais em relação às representações, aos protagonismos e às narrativas históricas, que podem reforçar ou questionar estereótipos, ideias e valores, de modo a desconstruir estruturas de dominação, lógicas binárias e excludentes.

O referido componente curricular, oferecido no âmbito da Faculdade de Educação

da Universidade Federal do Rio de Janeiro para o curso de pedagogia e para todas as licenciaturas, é disciplina obrigatória da formação pedagógica dos/as futuros/as docentes, com carga horária de 60 horas. Diante da proposição de um curso de filosofia da educação comprometido com uma formação antirracista, antissexista e anticlassista, cabe ressaltar a tensão operada já no redimensionamento da nomenclatura do componente curricular. A adição do “*extra-ocidental*” à filosofia da educação teve por objetivo demarcar uma diferenciação dos repertórios clássicos, ou pelo menos mais canônicos, dos estudos filosófico-pedagógicos tradicionais, com vistas a propor uma inflexão em direção a outros arquivos, imaginários e bibliotecas. O que significa pensar uma filosofia da educação *desde o Sul*? Como trabalhar os conteúdos filosóficos dos fundamentos da educação de modo que eles não se restrinjam exclusivamente às concepções, teorias e práticas euro-ocidentais? Perguntas motrizes que, para docentes e licenciando/as, exigem revisão de conteúdos, de problemas e de perspectivas, a fim de ampliar os horizontes pedagógicos e filosóficos para além das fronteiras epistêmicas, políticas e historiográficas hegemônicas, que pavimentam as bases da colonialidade do saber (MIGNOLO, 2003).

Se saber e poder estão intrínsecos na geografia da razão ocidental, que, em seu interior, define os territórios epistêmicos e os percursos filosóficos mais ou menos válidos e verdadeiros, não estranha que a produção da cultura e do conhecimento seja hierarquizada a partir da manifesta superioridade europeia. Esta reflete-se ainda na divisão racial/sexual do trabalho e na negação da história, da cultura e da memória de sujeitos e povos tipificados como “selvagens”, “bárbaros” e “primitivos”. Daí a assertiva de Grosfoguel (2007, p. 35), quando reitera que a “epistemologia eurocêntrica ocidental dominante, não admite nenhuma outra epistemologia como espaço de produção de pensamento crítico nem científico”. Pode-se afirmar, igualmente, que o racismo e o sexismo epistêmicos legitimam o apagamento de referências, vozes e repertórios negros, femininos e ameríndios, cujos conhecimentos, saberes e práticas são reiteradamente desconsiderados. De acordo com Grosfoguel (2011, p. 102 – Tradução nossa):

O racismo epistêmico refere-se a uma hierarquia de dominação colonial por meio da qual o conhecimento produzido por sujeitos ocidentais (imperialistas e oprimidos) na zona do ser é considerado a priori como superior ao conhecimento produzido por sujeitos coloniais não-ocidentais na zona do não-ser [...], considerado universal e válido para todos os contextos e situações do mundo.

Na tentativa de reposicionar os fundamentos filosóficos da educação, tratou-se de elaborar uma proposição de curso *situado* de filosofia da educação, pedagógica e politicamente significativo para um público majoritariamente proveniente das periferias cariocas que, nas licenciaturas, vislumbra a possibilidade de inserção mais imediata no mercado de trabalho. A partir da escuta das questões levantadas coletivamente na construção da “comunidade de aprendizado” (hooks, 2019, p. 19) da disciplina foram

problematizadas as desigualdades raciais, regionais, de gênero e de classe na educação brasileira. Para além das perspectivas filosóficas e pedagógicas hegemônicas, esse exercício crítico demandou uma análise pormenorizada dos problemas a partir de uma lente decolonial, indissociável das dimensões de raça, gênero, sexualidade e classe.

Ao racializar o debate concernente às desigualdades nos sistemas educacionais, analisou-se, ainda, o potencial emancipatório da descolonização do saber e dos enunciados culturais, éticos, estéticos, pedagógicos e políticos produzidos a partir de outras corpo-políticas do conhecimento, fruto das lutas históricas contra o racismo, o sexismo e o universalismo eurocentrados. As quinze aulas do componente curricular foram divididas em três módulos, a saber: 1) Diferenças, normas e desigualdades: modo de (re)produção, no qual procurou-se analisar identidade e diferença como construções sociais e políticas; 2) Para além das amarras coloniais: interseccionalizar o debate, voltado para discussão das contra-narrativas epistêmicas e da crítica interseccional; e, por fim, 3) Interculturalidade crítica e pedagogias decoloniais, módulo direcionado à reflexão acerca de outras coordenadas pedagógico-epistemológicas importantes no exercício de descolonização dos corpos e dos conhecimentos.

A ampliação do repertório filosófico, longe de configurar-se como enxerto de temas ou problemas específicos, volta-se para o exercício em nome de outros projetos de vida, de justiça racial, social e epistêmica. Desafios que se apresentam não apenas à educação, mas a diversos campos instados a discutir questões concernentes às injustiças e apagamentos reproduzidos também no interior das instituições de ensino.

Ao operar um deslocamento dos centros de privilégio, foi preciso discutir os processos contra-hegemônicos de afirmação das culturas subalternizadas e as ressignificações propostas por elas, bem como realizar um exercício crítico “sobre os sistemas de posições e lugares geopolíticos da produção filosófica, isto é, a problematização da invisibilidade do lugar histórico e político na construção de conhecimento e da pressuposição da neutralidade de um ‘sujeito universal’” (NOGUERA, 2014, p. 22). O desafio político-epistêmico desse movimento impõe que sejam assumidas a diversidade epistemológica, as experiências singulares e a consciência geopolítica do conhecimento, produzido desde um lugar e um tempo determinados. Soma-se a isso, no âmbito político-pedagógico e filosófico, a compreensão do movimento, a um só tempo, ético, político, estético, ontológico e epistemológico operado através desse exercício de ruptura com a matriz colonial do saber/poder.

3 | POR UMA FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO DECOLONIAL

Como provoca Frantz Fanon (2008, p. 42-43), “a filosofia nunca salvou ninguém [...] a inteligência também nunca salvou ninguém, pois se é em nome da inteligência e da filosofia que se proclama a igualdade dos homens, também é em seu nome que muitas vezes se

decide seu extermínio”. A defesa de uma filosofia da educação em bases decoloniais não tem por finalidade a restrição da constelação de vozes que compõe o repertório filosófico e de suas possibilidades enunciativas, mas, sim, a expansão de práticas, discursos e epistemes, capazes de fazer frente ao extermínio mencionado por Fanon. Longe de configurar-se como instância de validação do que pode ou não integrar o rol superior do panteão filosófico, trata-se de atentar para algumas exigências, como propõe Grosfoguel (2010, p. 456-457):

1) Uma perspectiva epistêmica decolonial exige um cânone de pensamento mais amplo do que o cânone ocidental (incluído o cânone de esquerda); 2) uma perspectiva decolonial verdadeiramente universal não pode basear-se num abstrato universal [...] antes teria de ser o resultado de um diálogo crítico entre diversos projetos críticos políticos/éticos/epistêmicos, apontando um mundo pluriversal e não um mundo universal; 3) a descolonização do conhecimento exigiria levar a sério a perspectiva/cosmologia/visões de pensadores críticos do sul global, que pensam com e a partir do corpos e lugares étnicos-raciais/sexuais subalternizados.

A crítica ao abstrato universal, desta feita, adquire os contornos da desconstrução de modelos referenciais hegemônicos que pautam a imagem e o imaginário do mundo e do sujeito de conhecimento ocidental. Ao revelar suas marcações, ao mesmo tempo em que situa a localização geo-corpo-política do modelo paradigmático, impede que seus traços “passem em branco”, como se o padrão cultural europeu, masculino, branco, cisheterossexual, proprietário, cristão e sem deficiência oferecesse a régua de referências para hierarquização de todas as humanidades.

É na indagação do paradigma imposto pela modernidade/colonialidade europeia como único verdadeiro e legítimo que as filosofias do sul evidenciam que “o terror racial não é meramente compatível com a racionalidade ocidental, mas, voluntariamente cúmplice dela” (GILROY, 2001, p. 120). Problematizar essa racionalidade, que culmina na asfixia de possibilidades outras de pensar/viver/sentir, implica em redimensionar as próprias imagens de mundo criadas e reproduzidas como espelhos diante dos quais todas as diferenças convertem-se em desvios e desigualdades.

Ao mobilizar o repertório forjado pela filosofia decolonial para discutir os desafios e dilemas atuais na reavaliação e no reposicionamento das bases do ensino de filosofia e da filosofia da educação, busca-se implicar as ações didáticas e as práticas educativas no desfazimento das estruturas de dominação, que não estão dissociadas do trabalho docente, tampouco das relações sociais/raciais/sexuais que são reforçadas ou reconfiguradas nos processos de ensino-aprendizagem.

Desafiar as hierarquias epistêmicas é tarefa incontornável na construção da justiça cognitiva e racial, na medida em que “a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população mundial como pedra angular deste padrão de

poder” (QUIJANO, 2007, p. 93). Daí a perspectiva decolonial redimensionar a questão colonial, apontando no apagamento das produções de matrizes africanas, ameríndias e afro-brasileiras os rastros e as permanências do racismo, do colonialismo e do patriarcalismo, que configuram a economia dos saberes globalizados desde Europa. E que culminam por suplantar as culturas e saberes locais, sobretudo do Sul, impondo a elas os critérios valorativos eurocentrados.

Destaca-se, portanto, a necessária indagação de desenhos e políticas curriculares, além da importância, no ensino de filosofia, de não reduzir o currículo à ordem do discurso monocultural, que nega outros paradigmas epistemológicos e modos de existência, para perpetuar a crença segundo a qual todas “as populações que vivam fora do pequeno espaço que é conhecido como ‘Europa ocidental’ sejam portadoras de um tipo de saber inferior, de uma interpretação inferior do mundo, de uma espiritualidade inferior, notadamente marcada pelo folclore e pela superstição, e não pela ‘verdade’.” (NASCIMENTO, 2013, p. 4). Assim, deveria causar estranheza a quase inexistência de vozes negras, ameríndias e femininas nos currículos de filosofia e nos ementários dos cursos, bem como de filósofos/as latino-americanos/as. O que revela, por sua vez, o centramento em um lócus epistêmico exclusivamente masculino e europeu, na medida em que o sistemático silenciamento “destas produções é uma explicitação do modo como a colonialidade do saber é constitutiva dos currículos não apenas do ensino superior de filosofia, mas também de uma proposta colonial para a constituição dos currículos do ensino médio” (NASCIMENTO; BOTELHO, 2010, p. 83-84).

Dado que o currículo é uma construção cultural, que orienta os modos de organização das práticas pedagógicas, que variam histórica e politicamente, ele estabelece uma “ligação entre a cultura e a sociedade exterior à escola e à educação; entre o conhecimento e cultura herdados e a aprendizagem dos alunos; entre a teoria (ideias, suposições e aspirações) e a prática possível, dadas determinadas condições” (SACRISTÁN, 2000, p. 61). E, evidentemente, é objeto, espaço e lugar de disputas, no confronto entre diferentes projetos de sociedade, de educação e de poder.

A defesa de uma filosofia decolonial da educação reflete-se, então, em proposições teórico-práticas que, de acordo com Walsh (2009, p. 27), implicam em:

[...] pedagogias que dialogam com os antecedentes crítico-políticos, ao mesmo tempo em que partem das lutas e práxis de orientação decolonial. Pedagogias que [...] enfrentam o mito racista que inaugura a modernidade [...] e o monólogo da razão ocidental; pedagogias que se esforcem por transgredir, deslocar e incidir na negação ontológica, epistêmica e cosmogônico-espiritual que foi, e é, estratégia, fim e resultado do poder da colonialidade.

Se há uma lacuna produzida na formação de estudantes e professores/as, como vazio que reitera o não-lugar destinado ao pensamento e às experiências extra-ocidentais, não é de estranhar que isso reverbere nas práticas docentes na educação básica e na

educação superior (REIS, 2020). O círculo vicioso resulta na consolidação da hegemonia filosófica da modernidade/colonialidade europeia, autorreferenciada, minando a potência significativa – e significante – de filosofias produzidas desde o Sul, em articulação com a localização corpo-política dos sujeitos e suas experiências. Isso culmina por reiterar, no imaginário coletivo, a imagem da filosofia apartada da realidade, das lutas sociais e das disputas entre diferentes valores civilizatórios e projetos societários, incapaz de dialogar com o território e seu entorno.

4 | CONCLUSÃO

Diante do exposto, a inflexão que se faz em nome da justiça epistêmica é crucial para viabilizar estratégias efetivamente promotoras da equidade e de uma educação antirracista/antissexista que contribua com a ruptura da hierarquização de humanidades e da matriz colonial de saber/poder na filosofia da educação brasileira. Esse tensionamento impacta, sem dúvida, em nossa compreensão acerca dos sentidos e possibilidades do ensino de filosofia, mas também na reorientação de uma educação implicada com a promoção da justiça epistêmica e da crítica política.

Os letramentos filosóficos decoloniais redefinem as gramáticas normativas e os vocabulários que pautam os debates da filosofia a partir de bases *exclusivamente* ocidentais. As proposições que emergem nesse giro adensam o cabedal filosófico sem que uma única história ou historiografia *uni*-versal defina *o que é* a filosofia. As versões, revisões e problemas são inesgotáveis, inclusive como traço específico de um saber que não pode ser produzido desde lugar nenhum, isto é, sem território, corpo ou perspectiva. A abordagem decolonial objetiva dar corpo a esses *corpus* teóricos, encarnando a produção dos conhecimentos e sistemas filosóficos tanto ao escopo da cultura (situada) quanto de um sujeito (localizado). As consequências depreendidas dessa geografia política da filosofia não são poucas nem fortuitas. Os ganhos, por sua vez, refletem-se no maior engajamento dos/as estudantes com os programas de curso e maior interesse pelos circuitos históricos da filosofia, entendida como uma atitude diante de um mundo em permanente transformação.

Por isso, no empenho político de uma descolonização ao mesmo tempo ética e epistêmica, é politicamente relevante dar à luz “filosofias” insuspeitadas e a salvo da violência dogmática, ou seja, desconstruir o vocabulário hegemônico em seu próprio arcabouço conceitual para revelar novas perspectivas éticas e ontológicas, inclusive para o próprio conceito do humano e, conseqüentemente, para as disciplinas acadêmicas que se classificam pela etiqueta pluralista de “humanidades” (SODRÉ, 2017, p. 15).

Desse tensionamento em curso talvez aflore, de outro lado, o notório mal-estar da universidade e dos cursos de filosofia. A repactuação epistêmica e cultural necessária, não raro, esbarra na defesa intransigente de paradigmas naturalizados ou da acusação da falta de rigor daqueles/as que pretendem colocar abaixo toda a solidez do edifício filosófico.

Mas, nos últimos anos, são os/as próprios/as estudantes que, assumindo uma postura eminentemente *filosófica*, têm promovido sismos de diversos graus no campo, questionando a monocultura dos currículos e demandando ações efetivas no sentido da promoção de ações afirmativas e reparações históricas. Rastrear as linhas de força dessa transformação em curso na universidade aponta para um contexto pavimentado, cabe sublinhar, pelas políticas de ações afirmativas, pelos pleitos dos movimentos sociais e pelas legislações educacionais que, diante das reivindicações, é instada à realização de mudanças na organização institucional, nas políticas de financiamento estudantil e nos currículos acadêmicos.

A imposição necessária de uma reavaliação político-pedagógica redefine os contornos e as formas por meio dos quais espaços críticos emergem, comprometidos com a justiça racial, social e epistêmica. E que tensionam os modos de formalização dos saberes e de sua organização nas escolas e universidades, passando da invisibilização à inviabilização de todo projeto racista/colonial/patriarcal/capitalista/cisheteronormativo.

Não desconsiderar as relações (tensas) entre ensino de filosofia, currículo, eurocentrismo e crítica à colonialidade é premissa fundamental para problematizar a reprodução de relações de poder assimétricas e defender a legitimidade epistêmica de matrizes filosóficas extra-europeias, recorrentemente apagadas e invalidadas no circuito fechado dos enquadramentos ocidentais. Para além do desenho geopolítico europeu, a filosofia e seu ensino devem colocar em questão as hierarquias e as dicotomias fundadas em um projeto civilizatório epistemicida. A descolonização do pensamento, das práticas e da vida, como ação de combate à exclusão e ao silenciamento de sujeitos desumanizados, exige o confronto com geopolíticas racistas e sexistas do conhecimento. É aí que a filosofia da educação e o ensino de filosofia em perspectiva decolonial podem contribuir para deslocar o discurso eurocêntrico e rechaçar a (mono)lógica colonial-racista que sustenta a subalternização ontológica de grupos marginalizados, de suas heranças, práticas e discursos.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Aparecida Sueli. **A construção do Outro como não-ser como fundamento do ser**. 2005. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

FANON, Frantz. **Pele Negra, máscaras brancas**. Trad. Renato de Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro**. Modernidade e dupla consciência. Trad. Cid Knipel. São Paulo; Rio de Janeiro: Universidade Cândido Mendes, Centro de Estudos Afro-Asiáticos; Editora 34, 2001.

GROSFOGUEL, Ramón. Dilemas dos estudos étnicos norte-americanos: multiculturalismo identitário, colonização disciplinar e epistemologias decoloniais. In: **Ciência e cultura**. São Paulo: v. 59, n. 2, p. 32-35, 2007.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. In: SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2010.

hooks, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Trad. Marcelo Brandão Cipolla. 2ª. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2017.

MIGNOLO, Walter. **Histórias Globais/projetos Locais**. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Trad. Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MILLS, Charles. The Racial Polity. In: BABBITT, Susan; CAMPBELL, Sue. **Racism and Philosophy**. New York: Cornell University, 1999. p. 13-31.

NASCIMENTO, Wanderson Flor do; BOTELHO, Denise. Colonialidade e Educação: o currículo de filosofia brasileiro entre discursos coloniais. **Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação**, n. 14, mai./out. 2010.

NOGUERA, Renato. **O Ensino de Filosofia e a Lei 10.639**. Rio de Janeiro: CEAP, 2011.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: **A colonialidade do saber**: eurocentrismo e ciências sociais. LANDER, Edgardo (Org). Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais/CLACSO, 2005.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSFOGUEL, Ramón (Eds.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Iesco-Pensar-Siglo del Hombre Editores, 2007.

REIS, Diego dos Santos. Saberes encruzilhados: (de)colonialidade, racismo epistêmico e ensino de filosofia. **Educar em Revista**, Curitiba, v. 36, p. 1-20, 2020.

SACRISTÁN, José Gimeno. **O currículo**: uma reflexão sobre a prática. 3ª. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

SODRÉ, Muniz. **Pensar nagô**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2017.

WALSH, Catherine. Interculturalidade Crítica e Pedagogia Decolonial: in-surgir, re-existir e re-viver. In: CANDAU, Vera Maria Ferrão (Org.). **Educação Intercultural na América Latina**: entre concepções, tensões e propostas. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2009.

SOBRE OS ORGANIZADORES

MARCELO MÁXIMO PURIFICAÇÃO - Pós-doutorado em Educação pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra (FPCE/UC Portugal, 2014-2016). Pós-doutorado em Formação de professores, Identidade e Gênero pelo Instituto Politécnico da Escola Superior de Educação de Coimbra ESEC (2017-2021); Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Pontifícia Universidade Católica de Goiás PUC/Goiás (2010-2014, CAPES 5); Doutorado em Ensino (em andamento), com objeto de tese na área da Educação Matemática/Desenvolvimento Profissional de Professores e tecnologias pela Universidade do Vale do Taquari/UNIVATES (2018 -, CAPES 4); Doutorado em Educação (em andamento), com objeto de tese na área de Currículo e Identidade Juvenis pela Universidade Luterana do Brasil/ ULBRA (2020 -, CAPES 5); Mestre em Teologia: Educação Comunitária Infância e Juventude pelas Faculdades EST (2007-2008, CAPES 5). A nível de graduação possui formação multidisciplinar com: Licenciatura em Matemática pela Universidade Estadual de Goiás; Licenciatura em Pedagogia habilitação: séries iniciais, orientação e supervisão escolar, pelo Instituto de Ciências Humanas e Sociais ICSH e Licenciatura em Filosofia pela Faculdade Batista Brasileira/FBB. É professor Titular C-II da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior/FIMES/UNIFIMES desde 2014 (Onde atua em atividades de ensino, pesquisa e extensão na graduação e pós-graduação) e professor P-IV da Secretaria Estadual de Educação de Goiás desde 1999 na disciplina de Matemática. Atua, ainda, como Docente Permanente nos seguintes Programas: Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Faculdade de Inhumas FACMAIS, Linha 2 Educação, Cultura, Teorias e Processos Pedagógicos; Programa de Pós-Graduação em Educação (Mestrado) da Fundação Universidade Estadual do Mato Grosso do Sul UEMS, Linha 1 Currículo, Formação Docente e Diversidade (Cooperação técnica nº 1038/2019. Publicado no D. O. nº 10038 de 28/11/2019) e do MPIES Mestrado Profissional em Intervenção Educativa e Social da Universidade do Estado da Bahia UNEB (Colaboração Técnica, sem vínculo empregatício), na Linha 2 Novas Formas de Subjetivação e Organização Comunitária. Coordenador do Grupo de Pesquisa (NEPEM/UNIFIMES-CNPq); Colíder do Grupo de Pesquisa em Educação, Tecnologias Sociais e Desenvolvimento no interior do Amazonas (do IFAM). Associado na ANPED/Nacional. Membro da Comissão Editorial da Revista Científica em Educação da FACMAIS (2020 -); Membro do Comitê Científico da Editora Atena (2019 -); Editor da Revista Científica Novas Configurações Diálogos Plurais (2020 -). Tem experiência na área da Educação atuando no eixo da Diversidade. Atualmente interessa-me pesquisa em dois grupos temáticos: I Processos Educativos: Formação de Professores, Políticas Educacionais, Currículo, Desenvolvimento Profissional, Ensino e Tecnologia; II Estudos Culturais: Identidade, Representação, Gênero, Violência, Negritude, Religiosidade e Cultura. E-mail: maximo@unifimes.edu.br

KEFFN KARINE ARANTES ANDRADE - Mestranda em Educação pela Faculdade de Inhumas - FACMAIS. Pós-graduações com títulos de especialista em Docência superior- Universidade Gama Filho (RJ/2010) e Psicopedagogia Clínica- UNIEAD (GO/2008).

Graduações com títulos de Bacharel e licenciada em Enfermagem-Universidade Salgado de Oliveira (GO/2014) e Ciências Biológicas-Universidade Estadual de Goiás (GO/2004). Experiências na área da docência nas fases finais do ensino médio; em cursos de informática básica para a comunidade escolar; práticas educacionais em laboratório de microscopia; laboratório de anatomia humana e animal. Palestrante em centros de saúde e comunidades carentes com a temática doenças transmissíveis. Assistência de enfermagem em feridas cirúrgicas, desbridamentos e primeiros socorros. Estudo e pesquisa - Educação: Aprendizagem e déficit. Ciências biológicas: Técnicas de microscopia, manejo de peças de anatomia humana e animal. Enfermagem: erro na administração de medicamentos. Servidora estatutária da SEDUC/Goiás-1998. E-mail: Keffn@aluno.facmais.edu.br

MARCOS GOMES CAMILO - Graduado em Análise de Sistemas pela UNIVERSO, Licenciado em Pedagogia pela FPSJ, possui Especialização em Docência do Ensino Superior e em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela FUTURA e Mestrando em Educação pela FACMAIS. Atua como Professor e Coordenador pedagógico da Rede Municipal de Educação de Goiânia. Interessa-se por Ciências Exatas e Ensino-Aprendizagem. E-mail: marcosg@aluno.facmais.edu.br

ÍNDICE REMISSIVO

A

Análise institucional 1, 2, 3, 4, 18

Antirracismo 46

C

Criticidade 31, 43

D

Descolonização curricular 46

E

Educação 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 31, 37, 46, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58

Educação das relações étnico-raciais 46

Estetização 20, 21, 24, 27, 28

Eurocentrismo 46, 49, 55, 56

F

Filosofia 1, 3, 12, 13, 17, 20, 31, 32, 33, 34, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57

Filosofia da educação 46, 48, 49, 50, 51, 52, 54, 55

Foucault 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 44

I

Institucionalismo 1, 3, 4, 6, 8, 9, 17

L

Literatura 31, 33

M

Marxismo 1, 2, 3, 4, 6, 8, 12, 14, 17





P

Psicanálise 1, 3, 4, 5, 6, 9, 11, 12, 16, 17

S

Subjetivação 20, 21, 23, 24, 27, 28, 57

Reflexões sobre
a filosofia
e seu ensino

-  www.atenaeditora.com.br
-  contato@atenaeditora.com.br
-  [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
-  www.facebook.com/atenaeditora.com.br

Reflexões sobre
a filosofia
e seu ensino

 www.atenaeditora.com.br
 contato@atenaeditora.com.br
 [@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora)
 www.facebook.com/atenaeditora.com.br